



**MUNICÍPIO DE CUBA**

**CÂMARA MUNICIPAL**

**ATA N.º 31**

**07-12-2022**

HA  
Heleno  
X  
J

Aos sete dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte e dois, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a trigésima primeira reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Filipe Domingos Candeias Chora, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo.-----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.-----




#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

*(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----*



Tendo terminado no dia de ontem ( 6 de dezembro de 2022) o prazo para entrega de propostas do concurso público para o arrendamento da loja 1 da Rua de Serpa Pinto, foram rececionadas duas propostas que serão remetidas para análise por parte dos serviços competentes. -----

**BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2022: € 285 108,25.** -----

**ORDEM DO DIA:**-----

**1. GRUPO CORAL “BAFOS DE BACO”. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES, DO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL, LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, PALCO PEQUENO, MESAS E BANCOS, IMPRESSÃO DO CARTAZ E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS.**-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 188/2022 DAFC/SA, da autoria da Assistente Técnica Sílvia Machado, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita o Grupo Coral “Bafos de Baco” a cedência do Pavilhão de Exposições, Auditório do Centro Cultural de Cuba, licença especial de ruído, palco pequeno, mesas e bancos, impressão do cartaz e isenção do pagamento das taxas, para a realização do espetáculo comemorativo e jantar de gala do oitavo aniversário do Grupo, nos dias 09 e 10 de Dezembro de 2022.”-----

Cedência do Pavilhão: Ao abrigo do disposto no art. 1.º ponto 3, Cap. I do Código de Posturas e Regulamentos do Município de Cuba, as instalações poderão ser cedidas para casamentos, festas ou outras iniciativas, desde que essa utilização não prejudique a atividade referida no n.º 2 e não deteriore as instalações, sendo que, com base no artigo 2.º do Capítulo I, alínea 7 do mesmo regulamento, a taxa de utilização custeará as despesas inerentes ao funcionamento, conservação e manutenção das instalações, bem como do equipamento nelas existentes.-----

Cedência do Auditório de Centro Cultural e material: De acordo com o disposto na alínea ee) do art. 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento “*criar, construir e gerir instalações, equi-*



pamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados.-----

Licença especial de ruído – De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excepcionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. O presente pedido tem enquadramento no disposto no artigo 15.º do presente Decreto-Lei.-----

Isenção do pagamento das taxas – Refere o n.º 2 do art.º 5 do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50% mediante deliberação fundamentada da câmara as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa.-----

Os Vereadores do PS entendem que as taxas referentes à emissão de licença de ruído devem ser isentas na totalidade atendendo a que as Associações que mais iniciativas promovem são mais prejudicadas em relação às outras que poucos eventos realizam.

O Sr. Presidente da Câmara tem posição contrária. Entende que quem mais atividades realiza é quem mais apoio tem da Câmara Municipal. Basta olhar para este pedido em que a Câmara vai ceder gratuitamente o Pavilhão de Exposições, o Centro Cultural a montagem de palco, a impressão de cartazes, no fundo todo o apoio logístico da iniciativa. Esta posição do vereadores do PS tem exclusivamente o intuito de aproveitamento político junto do movimento associativo o que não se coaduna com o sentido de responsabilidade que devem ter para com os serviços da autarquia. -----

Disse que é seu entendimento que no futuro as taxas referentes à licença de ruído deveriam ser pagas na totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a referida informação deliberou: -----

- a) - Ceder os equipamentos e os materiais solicitados a título gratuito; -----
- b) – Emitir a licença especial de ruído até às 4,00 horas; -----

Mais deliberou a Câmara, por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS, Reduzir em 50% o valor das taxas correspondentes à emissão das licenças de ruído. ---

## 2. FRANCISCA ANTÓNIA GALINHA JANEIRO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----



Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, a pedido da Sr.ª Francisca Antónia Galinha Janeiro, autorizou a emissão de licença especial de ruído para a realização de uma noite de fados no dia 03 de dezembro de 2022, no horário compreendido entre as 20h e as 01h, no Restaurante Chave D Ouro, em Cuba.-----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º.3 do art.º. 35 da Lei n.º. 75/2013, de 12/09, que determina que “ *Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando as mesmas sujeitas a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade*”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara.-----

**3. MÁRIO MANUEL CORREIA TACÃO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: LARGO DA PRAÇA, 6 A, FARO DO ALENTEJO. -----**

Solicita o Sr. Mário Manuel Correia Tação, na qualidade de consumidor de água da morada indicada, cujo contrato se encontra em nome de Vicente Fialho Pereira Janeiro, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de 373,61, em 6 prestações mensais, uma vez que de momento não tem condições para poder pagar a totalidade.-----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação da Subunidade Administrativa n.º 190/2022, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento em prestações conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

**4. PEDRO MIGUEL AGOSTINHO DE SOUSA PINTO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DOS RAMAIS DE LIGAÇÃO DE AGUA E ESGOTO. -----**

“Solicita o Sr. Pedro Miguel Agostinho de Sousa Pinto, proprietário da Padaria de São Vicente, a isenção do pagamento de um ramal de ligação de agua de 1” e de um ramal de ligação de esgoto, na Rua Manuel Bernardo Barahona, 8, em Cuba, no valor total de



€ 625,97, em virtude da mesma (padaria) se encontrar encerrada para remodelações e há bastante tempo não ter quaisquer receitas. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo a que não se vislumbram razões de direito para satisfazer a pretensão propõe, como solução alternativa a possibilidade de pagamento do valor referido de forma fracionada até ao limite de 12 prestações, vencendo-se a primeira já em janeiro de 2023. -----

## **5. ENCARGOS DO MUNICÍPIO DE CUBA COM O FUNCIONAMENTO DA AMCAL.-----**

### **5.1. COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUBA PARA A AMCAL NO ANO DE 2023.-**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 116/2022, SAJAI, da autoria da técnica superior Jurista Dr.ª Isabel Semião, cujo teor se transcreve: -----

Foi-nos presente, para enquadramento, o valor mensal que cabe ao Município de Cuba no âmbito da comparticipação devida como associado da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, documento que se anexa à presente informação.

*Quid iuris?*-----

De harmonia com o disposto no n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos da AMCAL “São obrigações dos municípios associados contribuir com a quota de funcionamento a definir anualmente pela Assembleia Intermunicipal (...)”. Por seu turno a alínea e) do n.º 1 do art.º 16.º dos Estatutos estabelece que “É da exclusiva competência da AI (...) fixar anualmente as contribuições dos associados, as quais carecem, contudo, do acordo expresso das assembleias municipais dos municípios em causa”.-----

Desta forma foi aprovada pela Assembleia Intermunicipal da AMCAL a quota mensal de € 2.000 (dois mil euros), devida por cada município associado, a qual contém um acréscimo de € 200 relativamente à fixada para 2022. -----

Cabe ao Município de Cuba, para o corrente ano, uma comparticipação total de € 24.000,00 (vinte e quatro mil euros).-----

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência que lhe é conferida pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual (“Compete ao presidente da câmara municipal (...) Estabelecer e distribuir a ordem do dia das reuniões”), remeter o presente assunto para que o órgão executivo, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da mesma lei (“Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da compe-



tência desta”), conjugada com a alínea e) do n.º 1 do art.º 16.º dos Estatutos da AMCAL, o submeta para deliberação pela Assembleia Municipal. -----

Mais, deve a verba acima referida ser cabimentada e comprometida, nos termos exigidos pela Lei n.º 8/2012, de 21/02, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, ambos nas suas redações atuais.-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da mesma lei (*“Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta”*), conjugada com a alínea e) do n.º 1 do art.º 16.º dos Estatutos da AMCAL, remeter o assunto para deliberação pela Assembleia Municipal. -----

## **5.2. AFETAÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL AOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS DA AMCAL PARA O ANO DE 2023. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 117/2022, SAJAI, da autoria da técnica superior Jurista Dr.ª Isabel Semião, cujo teor se transcreve: -----

Foi presente a informação prestada pela AMCAL sobre a afetação a cada um dos municípios associados com a despesa do pessoal da referida Associação para o ano de 2023, de que resultou a imputação de 19,10% ao Município de Cuba, a que corresponde o montante total de € 125.070,62, conforme documento que se anexa à presente informação e se dá por integralmente reproduzido.-----

*Quid Juris?*-----

De harmonia com o disposto nos n.ºs 3 e 5 do art.º 31.º dos Estatutos da AMCAL *“As despesas efetuadas com pessoal do quadro próprio e outro relevam para efeitos do limite estabelecido na lei para as despesas com pessoal do quadro dos municípios associados”* e *“Para efeitos dos números anteriores compete à AI deliberar sobre a forma de imputação das despesas aos municípios associados com o acordo das assembleias municipais respetivas”*. -----

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência que lhe é conferida pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual (*“Compete ao presidente da câmara municipal (...) Estabelecer e distribuir a ordem do dia das reuniões”*), remeter o presente assunto para que o órgão



executivo, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da mesma lei (*"Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta"*), conjugada com a alínea e) do n.º 1 do art.º 16.º dos Estatutos da AMCAL, o submeta para deliberação pela Assembleia Municipal. -----

Mais, deve a verba acima referida ser cabimentada e comprometida, nos termos exigidos pela Lei n.º 8/2012, de 21/02, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, ambos nas suas redações atuais.-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da mesma lei (*"Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta"*), conjugada com a alínea e) do n.º 1 do art.º 16.º dos Estatutos da AMCAL, remeter o assunto para deliberação pela Assembleia Municipal. -----

## **6. TRANSFERÊNCIAS A CRÉDITO IMEDIATAS EM LOTE - CGD . -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 115/2022, SAJAI, da autoria da técnica superior Jurista Dr.ª Isabel Semião, cujo teor se transcreve: -----

"Foi-nos solicitado pela Chefe da Unidade de Administração, Finanças e Cultura, Dr.ª Cármen o enquadramento jurídico sobre a proposta de transferências a crédito imediatas em lote no âmbito do Acordo de Transferências a Crédito por Ficheiros, apresentada pela CGD, que a seguir se transcreve:-----

Com o crescimento do fenómeno da digitalização, a procura por soluções de pagamento imediato tem vindo a ganhar grande destaque. Para dar resposta ao aumento da procura deste tipo de soluções, o Conselho Europeu de Pagamentos, com vista a criar uma solução a nível europeu, disponível para qualquer prestador de serviços de pagamento na União Europeia, desenvolveu uma solução de pagamentos imediatos que assenta nas transferências a crédito SEPA.

Tendo a Caixa Geral de Depósitos ("CGD") aderido a esta nova solução de pagamentos imediatos, vimos informar que, ao abrigo do(s) Acordo(s) de Transferências a Crédito por Ficheiros, associado(s) à(s) sua(s) conta(s) abaixo indicadas (doravante também designado(s) apenas por "Acordo") passa a ser possível enviar, através de ficheiro, ordens de transferências imediatas em lote ("Transferências Imediatas em Lote"), sendo os fundos creditados na conta de pagamento do beneficiário no prazo máximo de 2 horas, contado a partir do momento em que a Instituição de Crédito da entidade que ordenou a transferência confirme que estão preenchidos todos os requisitos necessários à execução da operação de pagamento. As Transferências Imediatas em Lote podem também ser ordenadas e executadas a qualquer dia do ano (7 dias por semana e 365 dias por ano) e não apenas nos dias úteis.

Serve, assim, a presente comunicação para informar das alterações que serão efetuadas ao Acordo, indicadas nas alíneas a) a c) em Anexo e que se destinam a estabelecer as novas condições das Transferências Imediatas em Lote para a(s) seguinte(s) conta(s):

PT50 0035 0276 0000 0542 1306 9



Estas alterações consideram-se tacitamente aceites e substituem as atualmente vigentes:

- Se não for manifestada oposição às mesmas nos 2 (dois) meses seguintes à receção desta comunicação, através de comunicação dirigida à CGD, ou;
- Se, antes de decorrido este prazo, for enviado um ficheiro a solicitar a execução de Transferências Imediatas em Lote.

Caso se oponha à introdução no Acordo desta nova modalidade de transferências, continuam a ser aplicadas as condições que se encontram em vigor.

Em caso de dúvida, contacte a sua Agência ou o seu Gestor de Cliente.

Ficamos à disposição para qualquer esclarecimento.

*Quid júris?*-----

De acordo com o disposto no 2.9.10.1.2 do POCAL (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, mantido em vigor pela alínea b) do n.º 1 do art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), *“A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue”*. -----

Embora aquela norma só se refira à abertura de contas, qualquer alteração aos respetivos contratos deve ser aprovada pela Câmara Municipal. -----

O serviço que agora é proposto constitui uma vantagem, uma vez que permite a imediata transferência de verbas entre contas, do mesmo ou de outros bancos. -----

A prestação deste novo serviço está sujeita aos seguintes encargos: -----

Valor dos encargos a pagar à CGD, nos termos da Cláusula OITAVA do presente Acordo:

1. Pela execução de transferências para crédito em contas abertas na CGD, relativas a:
  - pagamento de ordenados/pensões (por cada registo) - mantém-se o encargo em vigor, conforme acordado
  - outros pagamentos (por cada registo) - mantém-se o encargo em vigor, conforme acordado
2. Pela execução de transferências para crédito em contas abertas em outras instituições de crédito, relativas a:



- pagamento de ordenados/pensões (por cada registo) - mantém-se o encargo em vigor, conforme acordado
- outros pagamentos (por cada registo) - mantém-se o encargo em vigor, conforme acordado
- 3. Pela execução de transferências imediatas em contas abertas na CGD, relativas a:
  - pagamento de ordenados/pensões (por cada registo) - isento
  - outros pagamentos (por cada registo) - € 0,80
- 4. Pela execução de transferências imediatas em contas abertas em outras instituições de crédito, relativas a:
  - pagamento de ordenados/pensões (por cada registo) - € 0,62
  - outros pagamentos (por cada registo) - € 0,99
- 5. Por 2ª via de retorno de ficheiros - mantém-se o encargo em vigor, conforme acordado
- 6. Por eliminação/cancelamento de registos em ficheiros (por registo)\* - mantém-se o encargo em vigor, conforme acordado
- 7. Encargos Fiscais - acrescem os impostos aplicáveis à taxa legal em vigor em cada momento

\* Esta comissão não se aplica às Transferências Imediatas Em Lote.

De harmonia com o disposto na alínea e) do n.º 4 do art.º 5.º do CCP, a contratação de serviços financeiros não está sujeita ao disposto a parte II (contratação pública, tipos e escolha de procedimentos) deste código.-----

A adesão a este serviço deve ser comunicada à CGD no prazo máximo de 2 meses após a receção da comunicação sob pena de se considerar tacitamente aceite.-----

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente da Câmara, no uso da competência própria vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal sobre ele delibere. -----

A Câmara, por unanimidade, dado que o serviço que agora é proposto constitui uma vantagem, uma vez que permite a imediata transferência de verbas entre contas, do mesmo ou de outros bancos deliberou aceitar a proposta nos termos em que é apresentada e comunicar a adesão à CGD. -----

## 7. NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO A ATRIBUIR E CRITÉRIOS DE HIERARQUIZAÇÃO DOS REQUERIMENTOS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 47/2022, UEASSD/SAE, da autoria da técnica superior Dr.ª Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -----

Atentos ao acréscimo considerável de despesas inerentes à transferência de competências em matéria de educação, que estão longe de ser acompanhadas pelas verbas necessárias ao seu normal funcionamento, vê-se o Município de Cuba obrigado



a, na área da educação, ter que efetuar escolhas por forma a honrar aqueles que são os seus novos compromissos. Desta forma, propõe-se que no âmbito do processo de candidaturas a Bolsas de Estudo sejam atribuídas 25 Bolsas. -----

Como forma de hierarquização dos requerimentos que foram submetidos, propõem-se os seguintes critérios:-----

- Menor rendimento per capita, avaliado de acordo com o previsto no Regulamento Cuba + Social;-----

Critérios de desempate: -----

1. Maior mérito escolar, avaliado de acordo com a maior nota de acesso ao ensino superior, no caso dos alunos de 1º ano ou melhor média do ano transato, para os alunos de outros anos de escolaridade. -----

2. Maior deslocação em relação ao estabelecimento de ensino. -----

Como forma de apoiar os requerentes aos diversos apoios municipais, bem como os seus agregados familiares, evitando que sejam sujeitos a custos desnecessários, deve a Câmara Municipal deliberar no sentido de optar pelos meios de prova menos onerosos para os requerentes. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aceitar os critérios vertidos na informação pela ordem em que são apresentados. -----

#### **8. ENCERRAMENTO TEMPORÁRIO DA PISCINA MUNICIPAL. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 04/2022, UEASSD/SAE, da autoria da técnica superior Dr.ª Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -----

Como é conhecido, para além das perdas humanas e materiais, a situação de guerra na Ucrânia tem-se traduzido numa crise económica à escala global, com forte impacto em matéria de energia. Com vista a diminuir este impacto, têm vindo a ser emanadas uma série de orientações internacionais, que se traduziram, a nível nacional, na criação do Plano de Poupança de Energia, tal como foi publicado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2022. -----

A nível local, conscientes da necessidade de reduzir o consumo energético, e atentos também ao exponencial agravamento dos custos de produção, propõe-se o encerramento temporário das Piscinas Municipais, aproveitando o período de férias escolares. Esta decisão permitirá reduzir drasticamente o custo energético inerente ao



processo de aquecimento, mas também o consumo global de água, o que se revela fundamental no período que atravessamos. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS, que entendem que o período de encerramento não deve ser superior a 15 dias, coincidindo com o período das férias escolares, de 16 de dezembro a 2 de janeiro de 2023, deliberou encerrar temporariamente de 5 de dezembro de 2022 a 9 de janeiro de 2023. -----

#### **9. SUSANA VERA FONTES PINTO. AUGI. PEDIDO DE CERTIDÃO. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que deferiu o pedido de emissão da certidão requerida pela Sr.<sup>a</sup> Susana Pinto, nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de Setembro (RECONVERSÃO DAS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL), na sua versão atualizada, em como a Câmara não se opõe ao aumento do número de compartes relativamente ao prédio rústico art.º 163 da secção F, pertencente à freguesia de Vila Alva. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

#### **10. PARQUE EMPRESARIAL QUINTA DA GRACIOSA, EM CUBA. PONTO DA SITUAÇÃO, À DATA DE 25/11/2022, DOS PROCESSOS DE OBRAS NO PARQUE EMPRESARIAL. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 13/2022, GADEP, da autoria do Eng.º Vitor Raminho, cujo teor se transcreve: -----

A última vez que esta matéria foi abordada, resultou da elaboração da informação n.º 33/2021, de 10 de maio de 2021, da autoria do Chefe da UAJDCS, e que levou às seguintes deliberações do órgão executivo, tomadas na reunião ordinária de 12/05/2021 (certidão da reunião de Câmara em anexo):-----

**1.º** - No que concerne ao lote 1 registar que o promotor – Herdeiros de José Joaquim Galo, deu entrada do projeto de arquitetura tendo o mesmo sido aprovado na RC de



06 de janeiro de 2021, pelo que dispõe até 05 de julho de 2021 para apresentar os respectivos projetos de especialidades; -----

**2.º** - O lote 6 de José Serrano, já deu início à obra, mas atendendo a que o prazo de execução proposto e aprovado foi demasiado curto – 2 meses – já foram esgotados os caminhos normais previstos no RJUE, razão pela qual será necessário recorrer a uma situação especial apresentada à frente; -----

**3.º** - O lote 8 de Transportes Ricardo Jorge tem emitida uma licença de construção válida até 27 do mês corrente, mas ainda não deu início à obra, antevê-se pois que os caminhos normais previstos no RJUE não resolverão o problema, razão pela qual será necessário recorrer a uma situação especial, com tratamento idêntico ao que será proposto para o lote 6; -----

**4.º** - O lote 19 da Bevaper, tinha licença especial de acabamentos com data de conclusão a 30 de abril de 2021, deverão os serviços interpelar a empresa sobre a razão pela qual não é solicitada a licença de utilização e despoletado o procedimento visando o licenciamento para o seu funcionamento; -----

Passados mais de um ano sobre tais deliberações, que foram devidamente notificadas aos seus destinatários, importa aferir qual o ponto da situação atual.-----

**Lote 1** - Promotor – Herdeiros de José Joaquim Galo, foi notificado em 07/2021, para solicitar emissão de alvará de construção, prazo que terminou em 07/2022. Até à presente data nada deu entrada nos serviços;-----

**Lote 6** – Promotor - José António Cabaça Serrano, o alvará de licença especial para acabamentos terminou em 05/2022. Contrato Promessa de Compra e Venda datado de 10/01/2017;-----

**Lote 7** – Promotor - Telma M. Janeiro P. de Sousa Nobre, o termo do alvará foi em 02/2022, notificada posteriormente e sem resposta até esta data. Contrato de Compra e Venda datado de 26/09/2013;-----

**Lote 8** – Promotor - TRJ, Transportes Ricardo Jorge, licença de construção válida até 13/12/2022;-----

**Lotes 14 e 15** – Promotor - Artur Manuel Zambujo Isidro, terminou alvará de construção em 11/2021. Requereu por 2 meses o qual foi autorizado pela Câmara Municipal, foi notificado em 02/2022, para apresentar seguro de obra. Até à presente data nada



deu entrada nos serviços. Contrato Promessa de Compra e Venda datado de 17/03/2014;-----

**Lote 16** – Promotor - Sérgio Miguel Cardeira Fitas, licença de construção válida até 19/07/2023;-----

**Lote 19** – Promotor – Bevaper, Lda., à data encontra-se com licença de construção caducada e sem licença de utilização. Contrato de Compra e Venda datado de 04/08/2016;-----

**Lote 21** – Promotor - Arte Tradicional, Lda., licença de construção válida até 28/03/2023;-----

**Lote 29** – Promotor - Espaço Cheio, Produção de Uva, Lda., aguarda retificação das áreas do lote por parte da Câmara Municipal;-----

**Lote 20** - disponível para alienar.-----

Nesta conformidade, deve V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente da Câmara, no uso da competência própria consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter a presente informação para deliberação do órgão executivo, na sua próxima reunião, ao abrigo da competência prevista na alínea g) do n.º 1 do art.º 33.º da referida lei. -----

Face ao exposto deverá a Câmara deliberar sobre o que entender conveniente, nomeadamente reversão dos lotes a favor do Município ou prorrogar os prazos de construção excecionalmente. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou notificar os promotores que se encontram em incumprimento para no prazo de 10 dias apresentarem as alegações que entenderem oportunas, dado que em função do que está previsto em regulamento, que é do conhecimento dos mesmos, deverá existir a reversão dos lotes a favor do município.

Mais entende o executivo por que a atribuição é análoga às anteriores em muitas das situações também o promotor a quem foi atribuída a fase número 2 do espaço, vir apresentar as alegações que entenderem oportunas, dado que em função do que está previsto em regulamento deverá existir a reversão do lote a favor do município, reforçando-se que para esta situação específica foi tomada deliberação similar que implicou a reversão desse mesmo lote que havia sido atribuído à empresa Resoplás.



Como nota adicional, os Vereadores do PS questionaram se já foram avaliados os critérios de atribuição do lote a preço reduzido de 1 euro, como por exemplo a criação de 20 postos de trabalho ou volume de vendas superior ou igual a milhão de euros. O Dr. Vitor Fialho respondeu que houve 2 processos nestas circunstâncias, um deles já fez prova que reunia os requisitos inerentes ao volume de negócios situação que foi demonstrada em reunião de câmara, e a outra por força da Pandemia Covid, entendeu a Câmara aceitou que se considerasse como ano de análise o ano de 2022, pelo que a situação será apreciada aquando da entrega da declaração de IRC reportada ao período em questão. -----

**11 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA RESOLUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO COM A CIMBAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 33.º, N.º 1, ALÍNEA N), DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E DO ARTIGO 10.º DO REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, DETERMINANDO A AVOCÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DIPLOMA EXCLUSIVAMENTE NO QUE RESPEITA AO SERVIÇO PÚBLICO NÃO ABRANGIDO PELO CONTRATO CELEBRADO ENTRE A CIMBAL E A ABA, ISTO É, APENAS O SERVIÇO PÚBLICO COMPOSTO PELOS PERCURSOS EM CAUSA E CONCRETAMENTE IDENTIFICADOS POR LINHAS, PERCURSOS E HORÁRIOS, QUE NÃO SEJAM CONFLITUANTES (NOMEADAMENTE POR SOBREPOSIÇÃO) COM OS PRESTADOS PELA ABA;-----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 30/2022, DAODS, da autoria do Dr. Vítor Fialho, cujo teor se transcreve: -----

“Como é consabido, no passado dia 21 de novembro de 2022, recebemos via correio eletrónico, subscrito pelo Primeiro-Secretário da CIMBAL, a explanação que em baixo se transcreve: -----

“Exmos. Senhores, -----

*Por deliberação de 14 de novembro de 2022, o Conselho Intermunicipal da CIMBAL decidiu não desenvolver qualquer iniciativa própria no sentido de solicitar ao seu Operador do serviço público de transporte rodoviário de passageiros (a sociedade Autocarros do Baixo Alentejo, S.A., «ABA», e que opera com a designação comercial «TRIMBAL»)*



que proceda à execução dos serviços pontuais de âmbito municipal indicados pelos Municípios após o início de funcionamento do Contrato de Serviço Público e não previstos na Rede cuja prestação o Operador está vinculado a realizar. -----

Consequentemente, devem ser os Municípios que assim o desejem a tratar da satisfação dessas necessidades de serviço público. -----

Dado que, ao abrigo do artigo 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, os Municípios e a CIMBAL outorgaram em 2019 contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos do qual a CIMBAL ficou investida da integralidade das competências dos Municípios previstas no RJSPTP relativas ao transporte público de âmbito municipal, é necessário agora que os Municípios que pretendam, por sua iniciativa, tratar da satisfação dessas necessidades pontuais de serviço público, avoquem parcialmente as competências delegadas. Sublinha-se que as Cláusulas 23.º, n.º 5, (Cessação do Contrato) dos Contratos Interadministrativos celebrados ressalvam expressamente que cada Município pode resolver o Contrato por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas, desde que essa cessação não origine quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público. -----

Para esse efeito, devem esses Municípios: -----

- Em reunião de Câmara, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea n), do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovar e submeter à respetiva Assembleia Municipal a autorização da resolução parcial do Contrato Interadministrativo celebrado com a CIMBAL, determinando a avocação das competências previstas no RJSPTP exclusivamente no que respeita ao serviço público não abrangido pelo Contrato celebrado entre a CIMBAL e a ABA, i.e. apenas o serviço público composto pelos percursos em causa e concretamente identificados por linhas, percursos e horários, que não sejam conflitantes (nomeadamente por sobreposição) com os prestados pela ABA; -----

- Em Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea I), do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, autorizar essa mesma resolução parcial;



- Formalizar a resolução parcial, mediante comunicação à CIMBAL nos termos das Cláusulas 23.ª, n.º 5, (Cessação do Contrato) dos Contratos Interadministrativos; –
- De seguida, operacionalizar a gestão dos respetivos serviços públicos que regressam às suas competências. -----

Segue minuta de deliberação de forma a ser adaptada com as devidas alterações. -----

Nessa minuta de deliberação está consignado o seguinte: -----

#### MINUTA

*Proposta de deliberação – serviços de âmbito municipal -*

*resolução parcial dos contratos interadministrativos de delegação de competências no âmbito do serviço público de transporte de passageiros celebrado com a CIMBAL*

*Considerando que:*

- I. *A Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros («RJSPTP»), estabelecendo o regime aplicável ao planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação;*
- II. *Os Municípios são as autoridades de transporte competente quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros de âmbito municipal das suas áreas geográficas (artigo 6.º do RJSPTP);*
- III. *A CIMBAL é a autoridade de transportes competente quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que se desenvolvam integral ou maioritariamente na respetiva área geográfica (artigo 7.º do RJSPTP);*
- IV. *Os municípios podem delegar nas comunidades intermunicipais, através da celebração de contratos interadministrativos, as respetivas competências em matéria de serviços públicos de transporte de passageiros municipais, de acordo com o previsto nos artigos 6.º, n.º 2, e 10.º do RJSPTP e nos artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;*
- V. *Os contratos interadministrativos têm por objeto a identificação das condições que, em concreto, asseguram o efetivo exercício das atribuições e competências*



delegadas;

- VI. Com exceção do Município de Beja quanto ao transporte urbano, os Municípios e a CIMBAL consideraram que através da celebração de contratos interadministrativos na área do serviço público de transporte de passageiros se promoveria uma maior eficiência e gestão sustentável do serviço público de transporte de passageiros, bem como a universalidade do acesso e a qualidade dos serviços, a coesão económica, social e territorial, o desenvolvimento equilibrado do setor dos transportes e a articulação intermodal;
- VII. Consequentemente, outorgaram em 28 de fevereiro de 2019 e em [...] contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos do qual a CIMBAL ficou investida da integralidade das competências dos Municípios previstas no RJSPTP relativas ao transporte público de âmbito municipal;

Considerando ainda que:

- VIII. No uso de competências próprias, mas também das competências delegadas pelos Municípios, a CIMBAL foi então confrontada com a necessidade de agir e decidir como assegurar a prestação do serviço público de transporte de passageiros;
- IX. A CIMBAL arrancou de um plano inicial de grande ausência de informação de base sobre as condições necessárias e as vicissitudes da prestação do serviço público, detida sobretudo pelos operadores no terreno (incumbentes), bem como de incapacidade financeira e de recursos humanos para explorar o serviço público em modo de gestão direta – ausência de frota, de recursos humanos, de equipamentos, de conhecimento da rede, necessidades de procura, etc.
- X. Note-se que não foi promovida qualquer transferência de conhecimento do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. («IMT»), para as novas Autoridades de Transportes – nem bases de dados sobre necessidades de mobilidade no território, nem histórico de atividade dos operadores privados, nem formação em gestão de transporte público, nem capacitação, nem recursos humanos, nem recursos técnicos. O único instrumento colocado ao dispor da CIMBAL foi ser-lhe dado acesso ao SIGGESC, uma plataforma de informação SIG albergada pelo IMT, na qual os operadores de transporte carregaram, por sua iniciativa, a informação sobre as linhas e rede de que teriam títulos de concessão de 1948 e que explorariam à data, mas sem que essa informação fosse objeto de qualquer confirmação pelo próprio IMT



*acerca da sua fiabilidade, validade ou atualidade.*

- XI. *A CIMBAL teve ainda de articular as modalidades de transporte público municipal e intermunicipal no modo autocarro, numa abordagem integrada e horizontal da mobilidade urbana.*
- XII. *Atendendo a estas circunstâncias, a CIMBAL realizou vários estudos de mobilidade e diagnóstico relativamente à oferta do serviço de transporte público, ou quais levaram então a CIMBAL a ponderar o novo serviço público de transporte de passageiros municipal (que lhe foi delegado) e intermunicipal (competência própria) como um todo, integrando as diversas modalidades de transporte público de passageiros já existentes numa rede cujo modelo de oferta seria semelhante ao então existente, com alterações que correspondessem a atualizações e otimizações pontuais para o próprio serviço público. para as carreiras intermunicipais;*
- XIII. *Mais, a análise evidenciou a adequação de o fazer através de um operador privado em detrimento de um operador interno, de o fazer através de um contrato de concessão, com alguns elementos de prestação de serviços, com atribuição limitada de compensações ou subsídios pela CIMBAL e, por fim, na sequência de um concurso público internacional;*
- XIV. *A CIMBAL realizou esse concurso público, tendo na sua sequência sido celebrado um contrato de concessão com o operador adjudicatário do mesmo, o qual passou a ser, por maioria de razão e desde 1 de janeiro de 2022, o responsável pela exploração da rede de transporte público rodoviário de âmbito municipal dos vários Municípios delegantes;*

*Considerando, por fim, que:*

- XV. *Pontualmente verifica-se ser necessário realizar pequenos ajustes de oferta da rede de serviço público de âmbito municipal na área de vários concelhos, decorrentes da verificação, agora, de existirem áreas não cobertas pela rede regular;*
- XVI. *Tratam-se de necessidades pontuais, que não alteram nem subtraem a oferta explorada pelo concessionário contratado pela CIMBAL;*
- XVII. *Devido à natureza dos serviços, nomeadamente a sua capilaridade e proximidade com as populações locais, entende-se ser do interesse público que a gestão desses serviços adicionais seja realizada pelos respetivos Municípios;*
- XVIII. *Para tanto, é necessário que os Municípios recuperarem parcialmente as compe-*



tências de autoridade de transportes relativamente a esses percursos;

- XIX. Nos termos da Cláusula 23.ª, n.º 5, (Cessação do Contrato) dos Contratos Interadministrativos celebrados, cada Município pode resolver o Contrato por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas, desde que essa cessação não origine quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público;
- XX. Os Municípios podem assim resolver parcialmente o respetivo Contrato Interadministrativo, exclusivamente no que respeita ao serviço público composto pelos percursos em causa e que devem ser devidamente identificados pelos Municípios e não colocar em risco ou crise o serviço público contratado pela CIMBAL ao seu concessionário, reassumindo relativamente aos mesmos as suas competências previstas no RJSPTP;

Neste sentido, PROPÕE-SE:

- Não desenvolver qualquer iniciativa no sentido de solicitar ao operador concessionário da CIMBAL que proceda à execução dos serviços pontuais de âmbito municipal detetados agora pelos Municípios e não previstos na Rede cuja prestação aquele está vinculado a realizar através do Contrato de Serviço Público;
- Que sejam os Municípios que assim o pretendam a tratar da satisfação dessas necessidades de serviço público;
- Que para o efeito, devem esses Municípios em reunião de Câmara aprovar e submeter à respetiva Assembleia Municipal a autorização da resolução parcial do Contrato Interadministrativo celebrado com a CIMBAL, exclusivamente no que respeita às competências previstas no RJSPTP relativas ao serviço público composto pelos percursos identificados, e, de seguida, operacionalizar a gestão desse serviço público que regressa à sua competência.

Cuba, [...] de dezembro de 2022.

Quid Juris? -----

É facto que, com a entrada em vigor do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 09 de junho, os municípios através das CIM'S viram-se forçados a dar resposta regional ao transporte de passageiros. -----



Para o efeito foi efetuado uma delegação de competências por parte das Assembleias Municipais na CIMBAL e hoje em dia está em vigência o Contrato Interadministrativo mencionado na explanação da CIMBAL. -----

Em consonância com a pretensão da CIMBAL, registamos que também é facto que o art.º 10.º do RJSPTP em cima enunciado, dispõe o seguinte:

*Artigo 10.º*

*Autorização para a manutenção do regime de exploração a título provisório*

*1 — A autoridade de transportes competente pode, por razões de interesse público relevante devidamente fundamentado, autorizar a manutenção dos títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros por modo rodoviário atribuídos ao abrigo do RTA, em regime de exploração provisória, após as datas resultantes da aplicação do artigo anterior, não podendo o respetivo prazo de vigência terminar, em caso algum, após 3 de dezembro de 2019.*

*2 — A exploração de serviço público de transporte de passageiros a título provisório não confere ao respetivo operador um direito exclusivo nas linhas, rede ou área geográfica em causa, exceto se tal for expressamente previsto pela autoridade de transportes competente.*

Para que conste, o Município de Cuba nunca usou da prerrogativa que agora se pretende revogar porquanto em comunicação remetida à CIMBAL em 03-12-20021, informámos que não pretendíamos usar o contrato Interadministrativo para a execução dos serviços pontuais de âmbito municipal indicados inicialmente pelo Município de Cuba após o início de funcionamento do Contrato de Serviço Público e não previstos na Rede cuja prestação o Operador estava vinculado a realizar, no nosso caso específico (Cuba/Faro/Cuba). Optou-se por satisfazer as necessidades desse percurso com transportes do município. **Vide doc. n.º 1.** -----

Para memória futura, e respetivo arquivo, apensa-se também o e-mail da CIMBAL aqui transcrito, **vide doc. n.º 2**, bem como a minuta remetida pela CIMBAL e também aqui transcrita, **vide doc. n.º 3.** -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----



1.º - Registrar que, o Município de Cuba nunca usou da prerrogativa que agora se pretende revogar porquanto em comunicação remetida à CIMBAL em 03-12-2021, informámos que não pretendíamos usar o contrato Interadministrativo para a execução dos serviços pontuais de âmbito municipal indicados inicialmente pelo Município de Cuba após o início de funcionamento do Contrato de Serviço Público e não previstos na Rede cuja prestação o Operador estava vinculado a realizar, no nosso caso específico (Cuba/Faro/Cuba), tendo-se optado por satisfazer as necessidades desse percurso com transportes do município. -----

2.º - Ainda assim, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea n) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovar e submeter à respetiva Assembleia Municipal a autorização da resolução parcial do Contrato Interadministrativo celebrado com a CIMBAL, determinando a avocação das competências previstas no RJSPTP exclusivamente no que respeita ao serviço público não abrangido pelo Contrato celebrado entre a CIMBAL e a ABA, isto é, apenas o serviço público composto pelos percursos em causa e concretamente identificados por linhas, percursos e horários, que não sejam conflituantes (nomeadamente por sobreposição) com os prestados pela ABA (*Sociedade Autocarros do Baixo Alentejo, S.A., «ABA», e que opera com a designação comercial «TRIMBAL»*); -----

3.º - Em Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, autorizar essa mesma resolução parcial; -----

4.º - Formalizar a resolução parcial, mediante comunicação à CIMBAL nos termos das Cláusulas 23.ª, n.º 5, (Cessação do Contrato) dos Contratos Interadministrativos; --

5.º - Registrar que não haverá lugar à operacionalização, nesta data e em consequência da presente deliberação, da gestão dos respetivos serviços públicos que regressam às nossas competências, porquanto essa execução dos ditos serviços específicos nunca deixou de ser efetuada pela autarquia. -----

**12. RELATÓRIO SEMESTRAL DETALHADO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E ECONÓMICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA.**-----



Foi presente à Câmara a Informação n.º 29/2022, DAODS, da autoria do Dr. Vítor Fialho, cujo teor se transcreve: -----

O Regime Financeiro das Autarquias Locais, diploma da Assembleia da República, que constitucionalmente sobre tal matéria tem competência exclusiva, aprovado através da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, determina que os Municípios devem dispor de Auditor Externo, que devem estar habilitados como Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, sendo que a sua nomeação cabe à Assembleia Municipal (órgão a quem presta contas), sendo essa nomeação resultado de uma proposta da Câmara Municipal depois de recrutamento ao abrigo das normas aplicáveis do Código dos Contratos Públicos. -----

Neste momento a entidade nomeada como auditor Externo do Município de Cuba é a empresa **Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.** -----

Sobre esta matéria vide o art.º 77.º n.ºs 1 e 2 do diploma e cima enunciado, onde o legislador estipulou o seguinte:-----

#### *Artigo 77.º*

##### *Certificação legal de contas*

*1 - O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.*

*2 - Compete ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas:*

- a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;*
- b) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;*
- c) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;*
- d) Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira;*



e) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal.

Ora, dando cumprimento ao disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º em cima transcrito o Auditor Externo fez chegar hoje dia 02 de dezembro de 2022, ao Presidente da Assembleia Municipal, com conhecimento ao Presidente da Câmara Municipal, o Relatório Semestral detalhado sobre a situação financeira e económica da Câmara Municipal de Cuba reportada ao 1.º semestre de 2022. -----

Explicou o Revisor Oficial de Contas que, por motivos que apenas a ele lhe podem ser imputados, não conseguiu remeter ao órgão competente o documento com uma antecedência maior. Por essa razão, sendo a Assembleia Municipal no dia 15 de dezembro, deve o mesmo após conhecimento da Câmara, ser dado a conhecer aos membros da Assembleia Municipal, integrando a ordem de trabalhos da sessão da AM em cima mencionada.-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Tomar conhecimento que o Revisor Oficial de Contas entregou no passado dia 16 de dezembro ao Presidente da Assembleia Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal o Relatório Semestral detalhado sobre a situação financeira e económica da Câmara Municipal de Cuba, reportada ao 1.º semestre de 2022;-----

2.º - Tomar conhecimento formal do teor do documento; -----

3.º - Propor que o assunto seja presente à sessão de dezembro de 2022 da Assembleia Municipal para efeitos de conhecimento e apreciação.-----

### **13- RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA. RUA ÁLVARO CASTELÕES, 64 EM CUBA.-----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 198/2022, DAODS/UAOU/SOU, da autoria do Eng.º Carlos Daroeira, cujo teor se transcreve: -----

Segue em documento anexo o Auto de vistoria que visou aferir as condições de segurança e salubridade do imóvel na Rua Álvaro Castelões, n.º 64 em Cuba.-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou notificar o proprietário do imóvel para, no prazo de 30 dias, proceder de acordo com o disposto no presente auto. -----



Mais se informa que para efeitos do disposto no artigo 91.º do RJUE, se o proprietário não iniciar as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 89.º, pode a câmara municipal tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata, sendo aplicável à execução coerciva das obras, o disposto nos artigos 107.º e 108.º do RJUE, com as devidas adaptações.-----

**14. RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA. RUA LONGA, 8 EM CUBA.-----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 200/2022, DAODS/UAOU/SOU, da autoria do Eng.º Carlos Daroeira, cujo teor se transcreve: -----

Segue em documento anexo o Auto de vistoria que visou aferir as condições de segurança e salubridade do imóvel na Rua Longa, n.º8 em Cuba.-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou notificar o proprietário do imóvel para, no prazo de 30 dias proceder de acordo com o disposto no presente auto. -----

Mais se informa que para efeitos do disposto no artigo 91.º do RJUE, se o proprietário não iniciar as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 89.º, pode a câmara municipal tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata, sendo aplicável à execução coerciva das obras, o disposto nos artigos 107.º e 108.º do RJUE, com as devidas adaptações.-----

**15. RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA. RUA MANUEL BARAHONA, 2 E 4, EM CUBA.----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 198/2022, DAODS/UAOU/SOU, da autoria do Eng.º Carlos Daroeira, cujo teor se transcreve: -----

Segue em documento anexo o Auto de vistoria que visou aferir as condições de segurança e salubridade do imóvel na Rua Manuel Barahona, 2 e 4 em Cuba.-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

a) - Notificar o proprietário do imóvel de que lhe foi autorizada a prorrogação de prazo dos trabalhos, por mais 30 dias, para limpeza do logradouro e entulhos provenientes do colapso das coberturas; -----

b) – Indeferir o pedido de prorrogação do prazo relativamente aos trabalhos de requalificação / demolição dos muros, atendendo à necessidade de intervenção urgente face ao elevado grau de degradação e consequente risco que representa para a vida



humana; -----

c) – Notificar o proprietário do imóvel de que, para efeitos do disposto no artigo 91.º do RJUE, se não iniciar as obras que lhe são determinadas nos termos do artigo 89.º, pode a câmara municipal tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata, sendo aplicável à execução coerciva das obras, o disposto nos artigos 107.º e 108.º do RJUE, com as devidas adaptações.-----

d) – Conceder ao proprietário o prazo de 15 dias para, em sede de audiência dos interessados, se pronunciar sobre a proposta de posse administrativa. -----

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**16. HELENA ISABEL SERRANO LEÃO. PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO NÃO HABITACIONAL.**-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 113/2022, SAJAI, da autoria da técnica superior Jurista Dr.ª Isabel Semião, cujo teor se transcreve: -----

Foi-nos presente o pedido apresentado pela Sr. D. Helena Isabel Serrano Leão, arrendatária da Loja sita na Rua Serpa Pinto, n.º 43, em Cuba, que a seguir se transcreve: ---

*“Venho desta forma formalizar o pedido de alteração de titularidade do contrato de arrendamento da loja 2 de meu nome, Helena Isabel Serrano Leão, para nome da empresa, Agrivet HSL, lda.*-----

*Envio em anexo declaração de início de atividade e certidão da empresa.*-----

*Qualquer outra documentação necessária aguardo pedido”.*-----

*Quid Juris?*-----

Sobre a possibilidade da transmissão da posição contratual no contrato de arrendamento, estabelece o art.º 1057.º do Código Civil que *“O adquirente do direito com base no qual foi celebrado o contrato sucede nos direitos e obrigações do locador, sem prejuízo das regras do registo”*. E o n.º 2 do art.º 1059.º do mesmo código determina que *“A cessão da posição do locatário está sujeita ao regime geral dos artigos 424.º e seguintes, sem prejuízo das disposições especiais deste capítulo”*.-----

Vejamos, agora, o que estipulam os referidos artigos do Código Civil:-----

**“Artigo 424.º**

*(Noção. Requisitos)*



1. No contrato com prestações recíprocas, qualquer das partes tem a faculdade de transmitir a terceiro a sua posição contratual, desde que o outro contraente, antes ou depois da celebração do contrato, consinta na transmissão.

2. Se o consentimento do outro contraente for anterior à cessão, esta só produz efeitos a partir da sua notificação ou reconhecimento.

#### **Artigo 425.º**

*(Regime)*

A forma da transmissão, a capacidade de dispor e de receber, a falta e vícios da vontade e as relações entre as partes definem-se em função do tipo de negócio que serve de base à cessão.

#### **Artigo 426.º**

*(Garantia da existência da posição contratual)*

1. O cedente garante ao cessionário, no momento da cessão, a existência da posição contratual transmitida, nos termos aplicáveis ao negócio, gratuito ou oneroso, em que a cessão se integra.

2. A garantia do cumprimento das obrigações só existe se for convencionada nos termos gerais.

#### **Artigo 427.º**

*(Relações entre o outro contraente e o cessionário)*

A outra parte no contrato tem o direito de opor ao cessionário os meios de defesa provenientes desse contrato, mas não os que provenham de outras relações com o cedente, a não ser que os tenha reservado ao consentir na cessão."

Posto isto, verifica-se que a arrendatária, aquando da celebração do contrato de arrendamento não habitacional, exercia a sua atividade em nome própria, tendo, em 20/04/2022, constituído sociedade por quotas unipessoal denominada AGRIVET HSL UNIPessoal LDA.-----

E é para a titularidade desta empresa de que é sócia única e gerente que pretende a transmissão do contrato de arrendamento celebrado, em 01/07/2022, com o Município de Cuba.-----

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª Sr. Presidente, no âmbito da competência própria constante da alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, remeter o presente pedido para que o órgão executivo sobre ele delibere



emitir o seu consentimento para a cessão da posição contratual da segunda outorgante no referido contrato de arrendamento.-----

A Câmara, por unanimidade deliberou emitir o seu consentimento para a cessão da posição contratual da segunda outorgante no referido contrato de arrendamento;

Mais deliberou a Câmara, também por unanimidade, aprovar a adenda ao contrato de arrendamento que se junta e se dá por integralmente reproduzida. -----

## **17. EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA ALIENAÇÃO DE IMÓVEL SITO NO MUNICÍPIO.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 118/2022, SAJAI, da autoria da técnica superior Jurista Dr.ª Isabel Semião, cujo teor se transcreve: -----

“Foi-nos presente a notificação da Autoridade Tributária e Aduaneira para que o Município, ao abrigo do n.º 2 do art.º 227.º do Orçamento de Estado para o ano de 2022, querendo, exerça o direito de preferência na compra do imóvel sito na Rua da República, n.º 2 em Cuba, que se encontra em fase de venda na modalidade de carta fechada, decorrente de processo de execução fiscal em que é executado a Salsicharia Lança – Industria de Salsicharia, Unipessoal, Lda, cujo preço base de licitação é de € 11.506,00. -----

De acordo com o referido n.º 2 do art.º 227.º do OE/2022 “1. O município em cujo território se situe prédio ou fração autónoma penhorado no âmbito de processo de execução fiscal tem direito de preferência na compra e venda ou dação em cumprimento, graduando imediatamente acima do direito de preferência conferido ao proprietário do solo previsto no artigo 1535.º do Código Civil. 2. Para os efeitos previstos no número anterior, a AT está obrigada a comunicar ao município, por carta registada com aviso de receção, o projeto de venda contendo as seguintes informações: a) Preço do prédio, da coisa vendida em conjunto ou fração; b) Identificação discriminada do objeto penhorado; e c) Demais condições de venda. 3. O município dispõe de 30 dias úteis para responder à proposta enviada nos termos do número anterior, considerando -se a falta de resposta como não aceitação da proposta. 4. Se o valor da venda ou dação em pagamento for inferior a 85 % do valor base do imóvel, o município tem de ser notificado, por carta registada com aviso de receção, para exercer em definitivo o direito de preferência nos precisos termos da venda”. -----



Nesta conformidade, deve V- Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, no âmbito da competência vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal delibere em termos de exercer, ou não, o seu direito de preferência na aquisição do referido imóvel pelo preço de € 11.506,00. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou exercer o direito de preferência na alienação do imóvel, depositando a totalidade do preço da venda à ordem do Órgão de execução fiscal, no prazo de 15 a contar da data da decisão de adjudicação. -----

**18. AS RELAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A EMPRESA MUNICIPAL CENTRO DE ESTUDOS DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPessoal, LDA.. CONTRATOS PROGRAMAS ENTRE AS PARTES CELEBRADOS EM MARÇO DE 2016, SUJEITO A ADENDA EM MARÇO DE 2017, E EM JULHO DE 2019, EM AMBOS OS CASOS APÓS ANUÊNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. PROTOCOLO DE 2016 - PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS NO QUE CON CERNE À CLÁUSULA PRIMEIRA, ALÍNEA A): CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS DIVERSOS. PROTOCOLO DE 2016 - PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DA CLÁUSULA PRIMEIRA, ALÍNEA B): SUBSTITUIÇÃO DO PAVIMENTO DO PAVILHÃO DESPORTIVO. PROTOCOLO DE 2019 - PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS NO QUE CON CERNE À CLÁUSULA PRIMEIRA: ALUNOS PALOP. CONTRATO DE ARRENDAMENTO NÃO HABITACIONAL POR 5 ANOS – PROPOSTA DE NÃO RENOVAÇÃO. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 31/2022, DAODS, da autoria do Chefe da Divisão Dr. Vitor Fialho, cujo teor se transcreve: -----

“No âmbito do Relatório Semestral (1.º semestre de 2022) do ROC da autarquia, a páginas 10 é dito o seguinte e passo a transcrever:-----

*A rúbrica de Credores por acréscimos respeita sobretudo a:*

1. ...

2. *Acréscimo de 121.500€, relativos a protocolos formalizados entre o Município e a Escola Profissional de Cuba, referentes à requalificação do pavilhão desportivo da Escola e apoios para promover a frequência de alunos provenientes de países PALOP. Sobre este saldo entre o Município e a Escola Profissional de Cuba recomendamos que o*



*mesmo seja analisado no sentido de identificar os mecanismos necessários para que seja objeto de regularização entre as partes. Vide doc. n.º 1*

Abordemos então cada uma das quatro situações, a saber:

1.1.1 – Protocolo de 2016 - Proposta de compensação de créditos no que concerne à cláusula primeira, alínea a): Conservação de Edifícios Diversos. Vide doc. n.º 2

De facto, tem sido a Empresa Municipal, que o ROC abrevia como EPC, que tem efetuado a manutenção dos espaços. Não houve execução financeira do protocolado, logo atenta a dívida em rendas existente por parte da empresa ao Município – vide doc. n.º 3, para regularização contabilística da situação propõe-se que se lance mão da figura de compensação de créditos, prevista no art.º 847.º do Código Civil, onde o legislador determinou:

#### Causas de extinção das obrigações além do cumprimento

##### *Compensação*

##### *Artigo 847.º*

##### *(Requisitos)*

*1. Quando duas pessoas sejam reciprocamente credor e devedor, qualquer delas pode livrar-se da sua obrigação por meio de compensação com a obrigação do seu credor, verificados os seguintes requisitos: -----*

*a) Ser o seu crédito exigível judicialmente e não proceder contra ele exceção, perentória ou dilatória, de direito material; -----*

*b) Terem as duas obrigações por objeto coisas fungíveis da mesma espécie e qualidade. -----*

*2. Se as duas dívidas não forem de igual montante, pode dar-se a compensação na parte correspondente. -----*

*3. A iliquidez da dívida não impede a compensação. -----*

1.1.2 – Protocolo de 2016 - Proposta de Revogação da cláusula primeira, alínea b): Substituição do pavimento do pavilhão desportivo. -----



Como é sobejamente conhecido, não obstante todos os esforços da autarquia e da empresa municipal não foi possível que esta última fosse elegível ao Aviso ALT20-06-4943-FEDER, logo, as obras preconizadas na cláusula 1.ª do protocolo acabaram por não poder ser realizadas pela Escola Profissional, porquanto que teria que as fazer na integra com fundos próprios, mais os 50.000€ da autarquia, quando podiam ser com-participadas em 85% por fundos comunitários. -----

Após ponderação dos diversos cenários, optou a Câmara por candidatar-se para reali-zação da obra, que acabou por contemplar outras valências adicionais. Sobre a candi-datura e a execução financeira da mesma vide o doc. n.º 4. -----

Ora, tendo sido o Município a custear as obras invocadas no protocolo importa revo-gar essa cláusula onde se estipulou que a autarquia concederia 50.000€ ao Centro de Estudos para a realização das mesmas. -----

Assim sendo, por remissão do art.º 202.º do CPA (Código do Procedimento Adminis-trativo) que determina: -----

#### *Artigo 202.º*

##### *Regime substantivo*

*1 - As relações contratuais administrativas são regidas pelo Código dos Contratos Pú-blicos ou por lei especial, sem prejuízo da aplicação subsidiária daquele quando os ti-pos dos contratos não afastem as razões justificativas da disciplina em causa.*

*2 - No âmbito dos contratos sujeitos a um regime de direito privado são aplicáveis aos órgãos da Administração Pública as disposições do presente Código que concretizam preceitos constitucionais e os princípios gerais da atividade administrativa.*

Aplique-se o art.º 331.º do CCP (Códigos dos Contratos Públicos), onde está regulado o seguinte: -----

#### *Artigo 331.º*

##### *Revogação*

*1 - As partes podem, por acordo, revogar o contrato em qualquer momento.*

*2 - Os efeitos da revogação são os que tiverem sido validamente fixados no acordo.*



3 - A revogação não pode revestir forma menos solene do que a do contrato.

1.1.3 – Protocolo de 2019 - Proposta de compensação de créditos no que concerne à cláusula primeira: Alunos PALOP. -----

Foi protocolado a entrega das verbas de 48.000€ entre 2019 e 2021, para fazer face aos custos adicionais com os alunos dos PALOP's. Vide doc. n.º 5 -----

Até à data foram liquidados 16.400€ + 7.500€, num total de 24.900€. Existindo um remanescente por liquidar no montante de 23.100€, a exemplo do proposto para o ponto 1.1.1, também aqui para regularização contabilística da situação volta a propor-se que se lance mão novamente da figura de compensação de créditos, prevista no art.º 847.º do Código Civil, para o restante. -----

A compensação de créditos terá da parte da Câmara os ativos provenientes das rendas dos edifícios não liquidadas por parte da Escola Profissional, leia-se, Centro de Estudos. Vide doc. n.º 6 -----

1.1.4 – Contrato de Arrendamento não Habitacional por 5 anos – Proposta de Não Renovação -----

Por último, atentas às alterações que foram efetuadas ao Regime Jurídico da Atividade Empresarial, aprovada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que atualmente e no que concerne em específico ao ensino e formação profissional estipula no art.º 62.º n.º 14 que: -----

#### Artigo 62.º

##### Dissolução das empresas locais

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 /prct. dos gastos totais dos respetivos exercícios;

...

...

14 - O disposto na alínea a) do n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de ensino e formação profissional.

...



Registamos estar atualmente perante uma nova perspetiva das condições para dissolução da empresa municipal por se tratar de uma entidade que exerce a título principal o ensino e a formação profissional, razão pelo qual é entendimento dos serviços técnicos, da empresa que nos presta assessoria contabilística – PocAlentejo e do próprio ROC que já não existem vantagens na continuação do contrato de arrendamento não habitacional, devendo a Câmara ao abrigo do art.º 1110.º do Código Civil e Cláusula 3.ª do contrato, o mesmo é válido por 5 anos desde 01.01.2018 e cessa a 31.12.2022, determinar que não se proceda à renovação do mesmo.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º -Determinar que, em relação ao Protocolo de 2016, seja utilizado o mecanismo da compensação de créditos, previsto no art.º 847.º do Código Civil, no que concerne à cláusula primeira, alínea a): Conservação de Edifícios Diversos, no valor de 26.000€, mediante utilização das rendas devidas pelo credor Centro de Estudos; -----

2.º - Que, ainda em relação ao Protocolo de 2016, aprovar e propor à Assembleia Municipal que esta aprove a Revogação da cláusula primeira, alínea b): Substituição do pavimento do pavilhão desportivo, porquanto como é do conhecimento dos dois órgãos autárquicos, não obstante todos os esforços da autarquia e da empresa municipal não foi possível que esta última fosse elegível ao Aviso ALT20-06-4943-FEDER, logo, as obras preconizadas na cláusula 1.ª do protocolo acabaram por não poder ser realizadas pela Escola Profissional, porquanto que teria que as fazer na íntegra com fundos próprios, mais os 50.000€ da autarquia, quando podiam ser comparticipadas em 85% por fundos comunitários. -----

3.º – Determinar que, em relação ao Protocolo de 2019, seja utilizado o mecanismo da compensação de créditos, previsto no art.º 847.º do Código Civil, no que concerne à cláusula: Apoio aos custos adicionais com os alunos PALOP, registando-se que até à data foram liquidados 16.400€ + 7.500€, num total de 23.900€. Pelo que existindo um remanescente por liquidar no montante de 24 100€, a exemplo do ponto 1.º, também aqui para regularização contabilística da situação volta a lançar-se mão da figura de compensação de créditos, prevista no art.º 847.º do Código Civil, para o restante. ----



4.º – Determinar a não renovação do Contrato de Arrendamento não Habitacional por 5 anos, que cessa agora em 31 de dezembro de 2022, do art.º 1110.º do Código Civil e Cláusula 3.ª do contrato, dado que o mesmo teve o seu início a 01.01.2018 e foi estipulado que a duração do mesmo seria de 5 anos. -----

**19. SPORTING CLUBE DE CUBA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E ISENÇÃO DE TAXAS.** -----

Foi presente à Câmara a informação nº. 193/2022, DAFC/SA, da autoria da Assistente Técnica Sílvia Machado, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita o o Sporting Clube de Cuba, a emissão de uma licença especial de ruído e isenção do pagamento das taxas para realização de uma festa de Passagem de Ano, no Pavilhão dos Bombeiros Voluntários de Cuba no dia 31 de dezembro de 2022, das 20.00h às 6,00h do dia 1 de janeiro de 2023. -----

*Licença de ruído – De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. O presente pedido tem enquadramento no disposto no artigo 15.º do presente Decreto-Lei.*-----

*Isenção do pagamento das taxas – Refere o n.º 2 do art.º 5 do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50% mediante deliberação fundamentada da câmara as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa.*

*As taxas previstas em tabela são as seguintes:*-----

*Licença especial de ruído – € 17,67”.*-----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a referida informação deliberou autorizar a emissão da licença especial de ruído;

Mais delibera a Câmara reduzir em 50% o valor das taxas devidas com a emissão da mesma, com os votos contra dos Vereadores do PS que entendem que a isenção deve ser total. -----



+m.

**20. SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2022.** -----

Foi presente à Câmara a Informação reg.º n.º 140591, da autoria da Chefe da DAFC, Dr.ª Carmen Estrela, cujo teor se transcreve: -----

Fundamentação: -----

*Enquadramento Legal: De acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 Setembro.*

*Relativamente ao assunto em epígrafe os Serviços da Contabilidade informam, que a situação financeira do município se retrata da seguinte forma:*

- *O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de €336.216,76 à data de 30/11/2022;*
- *As receitas cobradas pelo Município à data de 30/11/2022 ascendem a €5.519.286,34 no que diz respeito à receita corrente, € 1.540.060,07 a receita de capital e €123.243,55 a outras receitas. A receita apresenta um grau de execução de 84,17% (período corrente) e 0,74 % (períodos anteriores) relativamente à receita corrente e 51,46% (período ano) no que respeita à receita de capital. Encontra-se por cobrar €323.607,70 no final do período;*
- *Os pagamentos efetuados à data de 30/11/2022 possuem o valor de €5.233.273,88 para Despesas Correntes e €1.671.810,85 para Despesas de Capital. A despesa apresenta um grau de execução de 69,00 % (período ano) e 8,48% (períodos anteriores) no que diz respeito a despesa corrente e 45,00% (período ano) e 13,13% (períodos anteriores) relativamente à despesa de capital;*
  - *O saldo de execução orçamental à data de 30/11/2022 é de €324.578,08;*
- *A cabimentação atingiu à data 99,34% no que diz respeito a despesa corrente e 99,14%, no que diz respeito à despesa de capital;*
- *Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em €6.689.871,32 e em despesa capital €2.819.687,12 e representam relativamente ao orçamento corrigido 91,13% e 67,86% respetivamente. No que diz respeito aos compromissos a transitar ascendem à data a €1.499.229,21 sendo:*

*€ 593.086,23- Despesa corrente*

*€906.142,98-Despesa capital*

*A faturação comunicada, não paga (obrigações por pagar) à data de 30/11/2022 ascende a € 1.105.244,50 sendo:*

*Despesa corrente: €863.511,21*

*Despesa capital: €241.733,29*

*Limites ao Endividamento*



De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro:

“A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Limite da dívida total para 2022:

Limite da dívida total (1,5\*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) :

Unidade: euro

Receita corrente líquida 2019	Receita corrente líquida 2020	Receita corrente líquida 2021	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.862.992,23	4.952.934,77	5.422.253,71	15.238.180,71	5.079.393,57

Limite da dívida total: €7.619.090,36

Situação do Município em 01-01-2022 :

Unidade: euro

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.723.690,74	65.396,37	2.789.087,11	15.388,63	2.773.698,48

Situação do Município em 30-11-2022:

Unidade: euro

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.981.236,08	56.445,74	3.037.681,82	11.638,68	3.026.043,14



--	--	--	--	--

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são:

AMCAL (participação de 22,05%): €3.638,88

AMGAP :€0,00;

CIMBAL ( participação de 3,91%): €52.806,86;

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal ( participação de 100%):€0,00

Verifica-se que o Município se encontra numa situação de cumprimento em relação à dívida total, cujo limite anual é de 3.742.776,86€. O OE para 2022 não suspendeu a aplicação da margem de endividamento de 20%, pelo que o cálculo do limite da dívida do Município para 2022 entra em linha de conta com a margem de 969.078,38€.

Em relação à dívida conjunta foi tido em consideração a informação relativa ao 3º trimestre de 2022 fornecida pelas entidades participadas.

#### *Pagamentos em atraso:*

De acordo com o estipulado no artigo 7º da Lei nº 8/2012, (LCPA) “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.” Caso não seja respeitado o enumerado anteriormente existem penalizações inerentes ao cálculo dos FD constantes da LCPA para as entidades com pagamentos em atraso.

No que diz respeito ao período em análise, possui o Município pagamentos considerados em atraso, no montante de € 183.990,80.

#### *Fundos Disponíveis:*

Os Fundos disponíveis do período foram de:€ 352.740,42 não tendo sido absorvidos na sua totalidade até final do mês.

#### *Equilíbrio Orçamental:*

De acordo com o estipulado no nº3, do artigo 103º do OE/2022, está suspensa a aplicação da regra do equilíbrio orçamental.

#### **Do atrás exposto conclui-se:**

- No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento em relação ao saldo inicial. Deve ser reanalisada esta situação e adotadas medidas disciplinares, uma vez que em termos absolutos o aumento verificado é de €46.445,87. Acresce informar, que no decorrer do mês de Setembro foi delineada uma estratégia para diminuição da receita por receber, da qual constam medidas que se esperam vir a ser mais eficazes e eficientes daquelas encetadas até aqui, tendo sido presente ao órgão em executivo no mês de Novembro uma informação sobre o ponto da situação;



- O município encontra-se à data com elevada execução orçamental da despesa, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da orientação da execução orçamental e da lei dos compromissos cujo horizonte é de 6 meses;
- À data existem pagamentos em atraso;
- No que diz respeito à dívida total, verifica-se um acréscimo de 9,10%.

A Câmara tomou conhecimento. -----

**21. CONSULTA A TRÊS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO MONTANTE DE € 300.000,00, DESTINADO A OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA.** -----

Foi presente à Câmara o Relatório de Abertura e Análise das Propostas do procedimento em título, que adiante se transcreve:

RELATÓRIO DE ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Pelas dez horas do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e dois, na Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, estiveram presentes os membros da Comissão de Acompanhamento do Procedimento supracitado, presidida por Carmen das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da DAFC, em substituição de João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal, que se encontrava ausente, coadjuvada pelos vogais, Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da DAODS, e Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior do SAJAI, para procederem à abertura das propostas apresentadas e sua análise.-----

Todas as instituições de crédito consultadas apresentaram proposta, tendo as mesmas sido rececionadas e abertas pela seguinte ordem:-----

1) Banco Santander Totta, S.A.;-----

2) Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior – CRL;-----

3) Caixa Geral de Depósitos, S.A.-----

De seguida, procedeu-se à abertura dos invólucros, pela ordem de entrada, tendo os respetivos documentos sido rubricados pelos membros da Comissão.-----



Pela mesma ordem, se procedeu à análise formal dos documentos, tendo a Comissão, por unanimidade, deliberado admitir as três propostas concorrentes.-----

Ato contínuo, procedeu a Comissão à análise das propostas admitidas e que foi a seguinte:-----

1) Banco Santander Totta, S.A.:-----

Sobre o capital em dívida a cada momento serão contados juros a uma taxa variável correspondente à média aritmética simples das cotações diárias da Euribor a 12 meses do mês anterior ao período de contagem de juros, arredondada à milésima, acrescida de um *spread* de 1,70 pontos percentuais, a qual será revista na mesma periodicidade da do prazo a que se reporta o indexante. Em nenhuma circunstância pode o valor dos juros remuneratórios ser inferior ao valor do *spread* indicado no parágrafo anterior.

2) Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior – CRL:-----

**Euribor12TM + 0,39% c/ Floor 0%;**

3) Caixa Geral de Depósitos, S.A.:-----

**TAXA DE JURO CONTRATUAL:** O empréstimo vencerá juros à taxa de 0,30% ao ano, acrescida de uma componente variável, sempre que positiva (floor 0), correspondente à média aritmética simples das taxas "Euribor" a 12 meses (base 360d), apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de juros, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima.

Atendendo ao critério de adjudicação fixado – “proposta economicamente mais vantajosa” atendendo à taxa de juro -, considera a Comissão, por unanimidade, que a proposta mais vantajosa é a da Caixa Geral de Depósitos, S.A., motivo pelo qual propõe que o empréstimo objeto do presente procedimento lhe seja adjudicado.-----

Mais, considerando a urgência na deliberação da adjudicação deste procedimento, porque a Assembleia Municipal reúne em sessão no próximo dia 15/12/2022 e é imperativo que o empréstimo esteja disponível logo em janeiro de 2023, deve ser dis-



pensada a audiência dos interessados, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 124.º do CPA.-----

Para constar se lavrou o presente relatório, que vai ser assinado por todos os membros da Comissão. -----

A Comissão, -----

A Presidente, (Dr.ª Cármen das Dores da Silva Arrojado Estrela) -----

O Vogal, (Dr. Vitor Manuel Parreira Fialho) -----

A Vogal, (Dr.ª Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião) -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo ao critério de adjudicação fixado – “proposta economicamente mais vantajosa” tendo em conta a taxa de juro deliberou que o empréstimo objeto do presente procedimento seja adjudicado à Caixa Geral de Depósitos S.A. -----

**PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----**

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro  
“2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram.-----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12,40 horas. -----



E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----



Handwritten signature of José Francisco Ribeiro Roque in blue ink, with the name 'Helena' written below it.

O Presidente da Câmara,



Handwritten signature of the President of the Chamber in blue ink.

O Coordenador Técnico,



Handwritten signature of the Technical Coordinator in blue ink.